

Entrevista

*Marcio Pochmann**

Entrevista realizada pela Prof. Dra. Maria Constança Peres Pissarra**
e pelo Prof. Dr. Alessandro de Lima Francisco***
em nome do CER (Centro de Estudos Jean-Jacques Rousseau do Brasil)

* Economista, pesquisador e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

** Professora do Departamento de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

*** Professor da Pós-Graduação do UNIFAI e da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE) da PUC-SP

Marcio Pochmann, inicialmente, agradecemos muito por sua disponibilidade e devemos dizer, desde já, que desejamos o quanto possível promover, na Politética e no CER Centro de Estudos Rousseau do Brasil), um diálogo entre as áreas do saber que busque compreender o momento pelo qual passamos. Nosso objetivo é colocar luz sobre alguns aspectos de nossa economia, em especial nessa época em que algumas sombras do passado parecem retornar e pairar sobre nosso país.

1. Gostaríamos de abrir o diálogo pedindo que o senhor fale um pouco sobre a sombra da inflação. Há muito, no Brasil, se estuda e se discute a particularidade de nossa inflação. Como o senhor a caracteriza? E, em complementação, como senhor compreende o impacto político-econômico do aumento do nível de preço de produtos como, por exemplo, arroz e óleo de soja?

A fase da superinflação vigente até o Plano Real de Itamar Franco (1992-1994) foi herança do desgoverno da ditadura (1964-1985). A estabilidade monetária alcançada a partir da segunda metade dos anos de 1990 se mostrou, contudo, conivente com a desindustrialização e a inserção do país na Divisão Internacional do Trabalho que o fez passar de produtor e exportador de bens manufaturados para a dependência crescente do latifúndio exportador de produtos primários e degradante ambientalmente.

Esse processo de empobrecimento da estrutura produtiva tornou-se cada vez mais frágil para atender à elevação da renda do conjunto da

classe trabalhadora. Em plena estagnação da renda per capita acumulada nos últimos 40 anos que registraram duas décadas perdidas do ponto de vista econômico (anos de 1980 e de 2010), a oferta agrícola ficou comprometida pela pressão do destino ao mercado externo, enquanto a produção de bens industrial relativamente encolhida para a maior demanda interna dependeu do exterior.

Nessa situação, toda a vez que houve desvalorização monetária, o custo de produção interno aumentou devido à presença crescente de importados definida pela abertura neoliberal dos anos de 1990. Ao mesmo tempo, estimulou as exportações de commodities que ocuparam mais terras na fronteira agrícola, enquanto a agricultura familiar se tornou mais desfavorecida pelo desmonte das políticas públicas para o setor.

O comportamento da inflação atual resulta disso, ou seja, do processo estrutural da decadência do sistema produtivo. Também do desmonte das políticas públicas orientado pelo retorno atual do receituário neoliberal.

2. Suas pesquisas abarcam, dentro outros temas, emprego, renda e desenvolvimento. Como o senhor avalia as políticas de distribuição de renda por meio de programas de renda mínima, tal como implementadas no Brasil, e suas relações com o desenvolvimento econômico?

A fase atual do declínio do capitalismo no Brasil foi capaz de impor a regressão da presença nacional no PIB mundial de 3,2%, em 1980,

para menos de 2%, em 2019, Do mesmo modo, o rebaixamento da condição de 6o para a 16a posição no ranking das maiores produções da indústria de transformação no mundo no mesmo período de tempo.

Em função disso, o ciclo político da Nova República foi marcado, sobretudo, por políticas de gestão da massa excedente da força de trabalho aos requisitos da acumulação de capital estagnada. Para tanto, duas formas de atuação do Estado se mostraram fundamentais.

A primeira e mais importante, transcorreu da Constituição de 1988 que conduziu ao avanço do Estado de bem-estar social. Para isso, o fundo público foi alargado, constituído pela elevação da carga tributária bruta que praticamente excluiu os ricos e concentrou-se na classe média assalariada e na base da pirâmide social.

O distributivismo estatal posto em prática terminou prevalecendo mais para a complementação de rendimento da população. Mais do que na estruturação da oferta de serviços públicos (educação, saúde, assistência e outros).

O gasto social que saltou de 13,5%, para 24% do PIB entre 1985 e 2014, permitiu a maior contribuição concedida à previdência e assistência social, o que implicou passar a parcela da população dependente de transferência monetária do orçamento público de 3% para 27% da população no mesmo período de tempo. Em 2020, face aos programas sociais temporários adotados frente a pandemia da Covid19, estima-se haver cerca de 40% da população com a sua sobrevivência ao orçamento público.

A segunda atuação do Estado tem exercido as finalidades policiais, de aprisionamento e exclusão letal de parte da massa sobrança às

necessidades paralisantes da acumulação de capital. Assim, o Brasil pulou de 90 mil presos, em 1990, para mais de 800 mil, em 2019, constituindo-se na terceira maior população carcerária do mundo.

Por outro lado, a difusão dos homicídios que chegaram a ultrapassar a casa dos 60 mil mortes anuais. Entre 1980 e 2019, por exemplo, o país perdeu 1,6 milhão de brasileiros assassinados, uma verdadeira guerra civil, segundo os parâmetros das Nações Unidas.

3. No caso do FGTS, temos visto um movimento de redução dessa poupança pública, direcionando o crédito habitacional para o funding de poupança, cuja captação advém da tradicional caderneta de poupança e, há algum tempo, de outros instrumentos como LCI, CRI etc. Como o senhor percebe os novos usos do FGTS (como as novas possibilidades de saques) e sua perda importância no mercado de crédito habitacional?

O FGTS foi a anestesia concedida à classe trabalhadora pela ditadura que operou o fim da estabilidade no emprego definida após 10 anos sob o mesmo patrão desde 1923 pela Lei Eloy Chaves que lançou as bases da previdência social no Brasil. Por conta disso, o Brasil se tornou um dos países com mercado de trabalho mais flexível do mundo.

Noutras palavras, a profunda rotatividade que marca a trajetória ocupacional dos trabalhadores brasileiros, com cerca de 4 a cada 10 são substituídos a cada ano, o que faz com que em média, a cada 12 meses,

possam contribuir com 8 a 9 meses para a previdência social devido à instabilidade no emprego. Os patrões demitem os empregados com mais tempo de casa, para contratarem novos trabalhadores com salários menores, constringendo o crescimento dos salários na renda nacional.

Além disso, a massa de recursos depositada nos bancos pelo FGTS, por representar cerca de um mês do salário a cada ano, tem perdido para a correção da inflação. O seu uso para financiar o sistema habitacional que operava até o BNH quebrar no início dos anos de 1980, permitiu que do total das habitações constituídas durante a ditadura, 9 em cada 10 atendiam o anda de cima.

Como em qualquer lugar do mundo, o financiamento da habitação popular, como no caso do Brasil que corresponde aos pobres e miseráveis, ou são recursos orçamentários a fundo perdido, ou não há registro de outra possibilidade que não seja a autoconstrução que marca a urbanização periférica nas grandes cidades brasileiras, mais conhecidas por novos quilombos da sociedade pósescravista.

4. Considera haver contribuições no modo como foi concebido o novo programa habitacional, Casa Verde e Amarela, proposto pelo atual governo? Vê avanços e/ou regressos em relação ao Minha Casa Minha Vida, implementado pelo governo anterior?

Parece-me algo mais para o âmbito de fake news do que reorganização de uma política pública submetida à reformulação em termos de

concepção e conteúdo de público alvo e recursos. Uma operação midiática, apagar qualquer elemento de vinculação ao governo anterior que foi a primeiro a interagir com o deficit habitacional a partir dos pobres. Isso, é claro, sem desconsiderar as contradições e suas consequências para as desigualdades duráveis no país.

5. Com relação à pandemia de COVID-19, como o senhor avalia a política econômica adotada pelo governo brasileiro?

A pandemia da Covid19 revelou o despreparo da elite dirigente na alta administração pública federal, estadual e municipal. É óbvio que há exceções, mas predominou nas eleições dos últimos 8 anos a versão da ascensão de eleitos como sendo os gestores, experientes do setor privado, antissistema etc.

Embora o Brasil pudesse aguardar 2 meses até surgir os primeiros casos de contaminados e mortos oficialmente, nada fez previamente. Se planejado, a pandemia não duraria 3 meses, conforme o resultado observado em países com governos decentes.

O Brasil que caminha atualmente para o 8o mês da pandemia, segue sem coordenação nacional, cujas consequências apontam mais para a barbárie do que a civilidade.

Em 2019, por exemplo, a economia brasileira encontrava-se quase 4% menor do que a do ano 2014. Para 2020, a expectativa da recessão possa fazer encolher em 7% o nível de atividade. Se confirmado, os pre-

feitos eleitos assumirão em janeiro do ano que vem com a economia cerca de 11% inferior à de 2014.

Para a equipe econômica de Bolsonaro, o importante é voltar ao normal que a economia nacional expressava antes da pandemia. Ou seja, com crescimento médio anual de 1,2% verificado entre 2017 e 2019, a partir de 2021, o país somente retorna ao nível de produção registrado em 2014 em 2030. Ou seja, será uma nova década perdida para a economia brasileira, a terceira em meio século.

6. Mudando a direção ou o horizonte das questões, como o senhor compreende a relação entre economia e liberdade? Estaríamos experimentando um momento de reapreciação de temas como os limites da liberdade no campo das trocas – a exemplo do resgate da reflexão keynesiana em 2008, após a crise americana –, as intervenções estatais e as ditas externalidades que delas advêm? Seria um momento de transformação do próprio saber econômico?

Na perspectiva anglo-saxônica, a liberdade tanto individual (liberty) como coletiva (freedom) sofrem retrocessos neste primeiro quartel do século 21. A crise de 2007-2009 trouxe duas novidades.

A primeira de que a tese do fim da história de Fukuyama era falsa, com os EUA mais fracos do que se imaginava e incapaz de coordenar a saída da crise global como havia atuado na Depressão de 1929. Para, além disso, o reconhecimento do crescente engrandecimento chinês em impulsionar o novo centro dinâmico a partir da Eurásia.

A segunda novidade deveu-se a certo abandono do receituário neoliberal, especialmente no âmbito da política monetária e fiscal. Ao mesmo tempo, o engrandecimento da posição dos governos de defesa da produção e do emprego nacionais, contestando à globalização.

7. E como é possível pensar a relação entre igualdade e liberdade em uma sociedade tão desequilibrada como a nossa? Ainda é possível reverter a perversidade da desigualdade tão escancarada da sociedade brasileira?

Marx ensinou que no modo de produção capitalista, a desigualdade é durável, intrínseca ao seu próprio desenvolvimento. Sem discordar, Weber considerou a possibilidade do Estado atuar sobre as desigualdades duráveis derivadas da exploração capitalista.

Para tanto, o Estado e sua burocracia, a sociedade organizada, de modo geral, poderiam minorar o padrão da desigualdade, mas também poderiam ampliá-lo, por força dos monopólios sociais a favorecer determinados estratos privilegiados no país. No caso brasileiro, a desigualdade hereditária do sentido da colonização que processou o genocídio de indígenas e negros, não foi rompida com a reconfiguração capitalista, sendo a República parteira do Estado e sua burocracia atuando mais como gerência da ordem, distante de qualquer projeto igualitário ao país.

Tecnicamente, pode-se romper com o passado e presente da desigualdade. Mas isso não se trata de um problema técnico ou econômico, mas político, de construção de maiorias.

8. Como o senhor concebe as relações entre áreas como a filosofia e a economia? Há aportes de uma à outra? Segundo sua compreensão, elas estão vinculadas ou a história desses domínios os teria apartado?

O ensino de economia tem sido rebaixado e apequenado em conjunto com o modelo de universidade-empresa adotado pelo Brasil como pressuposto da inserção passiva e subordinada à globalização na “era dos Fernandos” (Collor, 1990-1992 e Cardosos, 1995-2002). Transformou-se em tecnicidades em que a realidade precisa caber no modelo estatístico, não o contrário.

O predomínio das correntes neoliberais transformaram, em grande parte, os economistas em ideólogos a repetir pensamentos de quem já morreu, cada vez mais distante da realidade de cada sociedade e temporalidade. Ao abandonar o conhecimento da História, difundiu-se a formação vazia e sem sentido, por decorrência de sua condição a-crítica e a-histórica.

Ao mesmo tempo, os professores expostos ao produtivismo do colonizador mental, especializaram-se no academicismo, abandonando de vez a vocação esperada do intelectual. Hoje sabem cada vez mais de coisa nenhuma, sem espaço para a interlocução com domínios das humanidades. Uma espécie avançada de caso singular do empoderamento da burrice.

9. Mais especificamente no campo de atenção do CER, gostava-

ríamos de saber que papel os pensadores do século XVIII, em especial aqueles denominados pensadores “das Luzes”, desempenharam em seus estudos e pesquisas. Rousseau esteve presente em sua formação, isto é, ele era um pensador estudado pelos economistas? E ele teve ou tem algum papel no seu modo de compreender a economia e de realizar sua prática como pesquisador?

J. J. Rousseau teria espaço privilegiada na ciência econômica e no modo de pensar e conduzi-la, fosse o seu entendimento enquanto atividade-meio, não um fim em si mesma. Em seu ensaio esplêndido publicado em 1755 sobre a desigualdade (Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens) encontra-se, até hoje, os fundamentos pelos quais a igualdade tem sido obstaculizada no convívio em sociedade.

Recuperá-lo já seria um salto importante para elevar a qualidade e aprofundar o ensino de economia, bem como tornar o debate sobre os problemas econômicos marcados pelo sentido de mudança civilizatória, não o de identidade com a barbárie.

10. Por fim, pensando no tema da Polietica para o próximo número, Luzes e Sombras, como pensar a racionalidade libertadora defendida pelo Iluminismo frente aos princípios hoje cinicamente defendidos por uma parcela de nossa sociedade?

Em plena consolidação do capitalismo, os pensadores do século

18 colocaram em pauta a oxigenação de instituições e mudanças de práticas em busca da felicidade em sociedade própria do movimento iluminista em torno da igualdade.

Os projetos de igualdades perseguido desde lá encontram-se obstaculizados pelo curso da ordem neoliberal. Para tanto, o sentimento pós-iluminista, cuja realidade está a expressar cada vez mais a força da desigualdade.

A racionalidade capitalista, presente no salto tecnológico atual, a liberdade parece subordinar-se aos requisitos da economia, restando à política, um papel secundário. Neste sentido, a plutocracia ganha espaço simultaneamente ao descrédito na própria democracia.